

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 107

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 19 DE AGOSTO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 024ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
19 DE AGOSTO DE 2002**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Garcia e Cesar Seleme.

Às dezessete horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Antonio Baratter, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Renato Gaúcho; PT: Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Ricardo Maia; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Nelson Justus; Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (46). Achando-se ausentes os seguintes senhores deputados: Irineu Colombo, Nelson Tureck, Sérgio Spada, Ângelo Vanhoni, Geraldo Cartário, Chico Noroeste, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin (08).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 2074

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER,

após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 Sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 554/2002, item 09, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 19.08.2002.

(a) TONY GARCIA

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 086/2002, de autoria do deputado Nelson Garcia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Icaraíma, o terreno situado no distrito de Porto Camargo, no município de Icaraíma. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CTIC. COM EMENDA DA CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Aprovada a emenda.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 529/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 029/2002, que objetiva definir e adotar normas legais pertinentes aos servidores policiais civis do quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Paraná, regidos pela Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 e suas posteriores alterações. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E SP. **Aprovado por unanimidade, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 465/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Núcleo dos Criadores de Simental da Região de Maringá, com sede e foro no município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 125/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que dispõe sobre a isenção do ICMS máquinas e implementos agrícolas destinados única e exclusivamente ao serviço público. PARECERES FAVORÁVEIS DA CF E CAIC. PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 035/2001, de 10/04/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 125/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 125/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, dispõe sobre a isenção do ICMS de máquinas e implementos agrícolas destinados única e exclusivamente ao serviço público.

O projeto de lei é inconstitucional em função do disposto no artigo 155, parágrafo 2º, inciso XII, “g”, da Constituição Federal, que assim dispõe:

“Art. 155 - ...

§ 2º - ...

XII - cabe à lei complementar:

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados”.

Desta forma, qualquer isenção do ICMS deve ser feita mediante deliberação do Estado e do Distrito Federal, mediante Lei Complementar.

Pelo exposto, opino desfavoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 16.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 125/2001

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que dispõe sobre a isenção do ICMS máquinas e implementos agrícolas destinados única e exclusivamente ao serviço público.

Tal propositura já foi analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer contrário.

Esta Comissão de Finanças, chamada a opinar, conforme preceitua o parágrafo 3º, artigo 33 do Regimento Interno desta Casa de Leis, segue o mesmo entendimento da douta Comissão de Constituição e Justiça.

A matéria em análise, apesar do seu relevante interesse em diminuir os custos para aquisição de máquinas e implementos agrícolas destinados ao serviço público, deve receber desta Comissão o devido parecer contrário.

Sala das Comissões, em 13.03.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI Nº 125/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, visa dispor sobre a isenção do ICMS

máquinas e implementos agrícolas destinados única e exclusivamente ao serviço público.

Chamada esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio a se manifestar, e após obter parecer contrário das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, com relação ao mérito, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08.04.2002.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Presidente e Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 527/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 027/2002, que objetiva dispor que os créditos tributários inscritos em dívida ativa até 30 de junho de 2002, ajuizados ou não, poderão ser pagos em parcela única ou em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas, nos termos que estabelece e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 101/2002, de 05/08/2002 - Mens.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 527/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, visa dispor que os créditos tributários inscritos em Dívida Ativa até 30 de junho de 2002, ajuizados ou não, poderão ser pagos em parcela única ou em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas, nos termos que estabelece e adota outras providências.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 13.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SÉRGIO SPADA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 527/2002

P A R E C E R :

O plano de lei em exame é de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 27/2002, dispondo que os créditos tributários inscritos em Dívida Ativa até 30 de junho de 2002, ajuizados ou não, poderão ser pagos em parcela única ou em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas, nos termos que estabelece e adota outras providências.

O presente projeto de lei dará condições legais ao Governo do Estado de executar os créditos acima referidos, propiciando o ingresso aos cofres públicos de valo-

res inscritos em Dívida Ativa, considerados como de difícil recuperação.

Procedida à análise da proposição, no que concerne à competência desta Comissão Permanente, nada encontramos que possa impedir a tramitação do projeto de lei em epígrafe.

Desta forma, esta Comissão de Finanças manifesta seu parecer favorável à proposição em questão, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.08.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 528/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 028/2002, que objetiva dispor sobre o controle da poluição atmosférica, padrões de qualidade do ar e sobre outras providências pertinentes à matéria. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 101/2002, de 05/08/2002-Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 528/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, visa dispor sobre o controle da poluição atmosférica, padrões de qualidade do ar e sobre outras providências pertinentes à matéria.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 13.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 528/2002

P A R E C E R :

O plano de lei em exame é de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 28/2002, que objetiva dispor sobre o controle da poluição atmosférica, padrões de qualidade do ar e sobre outras providências pertinentes à matéria.

Saliente-se que o homem ao interagir com o meio ambiente causa problemas de poluição atmosférica, que resultam em altas taxas de poluição, apesar de já existir Legislação Federal e Estadual pertinente ao assunto, o presente projeto de lei tem por fim instituir e aprimorar a gestão Ambiental em nosso Estado.

Procedida à análise da proposição, no que concerne à competência desta Comissão Permanente, nada

encontramos que possa impedir a tramitação do projeto de lei em epígrafe.

Desta forma, esta Comissão de Finanças manifesta seu parecer favorável à proposição em questão, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.08.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 530/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 030/2002, que objetiva instituir a carreira de Agente Fazendário Estadual - APE, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná, composta pelos atuais ocupantes de cargos públicos do quadro geral, alocados na Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná ou Coordenação da Receita do Estado (CRE). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

PROJETO DE LEI Nº 530/2002 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituída a carreira de Agente Fazendário Estadual - AFE, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná, composta pelos atuais ocupantes de cargos públicos do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, alocados na Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná ou Coordenação da Receita do Estado (CRE).

Art. 2º - Para efeito da presente lei:

I - Carreira: agrupamento de cargos em classes da mesma profissão ou atividade, escalonados segundo hierarquia de serviço.

II - Cargo: unidade funcional básica da estrutura organizacional, de caráter genérico, de mesmo grau de complexibilidade/responsabilidade, composto por uma ou mais funções relacionadas ao desempenho de tarefas da área de atuação estatal, criado por lei, com denominação própria e quantidade fixada por classes, pagamento pelos cofres do Estado e provimento mediante aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos.

III - Classe: escalonamento hierárquico de desenvolvimento profissional de um cargo, com idênticas atribuições e responsabilidades;

IV - Função: conjunto de atribuições vinculadas à habilitação correspondente, de caráter específico para o desempenho de tarefas em um cargo de mesmo grau de complexibilidade/responsabilidade;

V - Grau de complexibilidade/responsabilidade: atributo do cargo referente ao requisito de escolaridade e complexibilidade de tarefas desempenhadas;

VI - Provedimento: é o ato de designação de uma pessoa para titularizar um cargo público, atendidos os requisitos para a investidura;

VII - Progressão: passagem do funcionário público de uma referência salarial para outra de maior valor, atendidos os requisitos estabelecidos para a classe;

VIII - Promoção: passagem do funcionário público estável e em efetivo exercício em uma classe, para a referência salarial inicial da classe imediatamente superior, dentro do mesmo cargo;

IX - Tabela de Referência de Vencimento: tabela numérica, composta de indicativo de classe (coluna) e nível/referência salarial (linha), cuja interseção reflete o vencimento base sobre a qual incidirão os cálculos de vantagens adicionais de remuneração;

X - Amplitude Salarial: intervalo entre o menor e o maior vencimento da Tabela de Referência de Vencimento, compreendida a primeira referência da Classe Inicial e a última referência da Classe Final;

XI - Vencimento: é a retribuição financeira pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao símbolo, ou nível (referência salarial) fixado em lei; e

XII - Vencimentos ou remuneração: é a retribuição financeira pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao vencimento mais as vantagens financeiras asseguradas por lei.

Art. 3º - A carreira de agente fazendário estadual - AFE, será organizada em 3 cargos de acordo com a natureza profissional, complexidade de suas atribuições e nível de escolaridade, sendo que, cada cargo, será composto de 03 (três) classes: III, II e I, na forma do Anexo I.

§ 1º - A carreira de agente fazendário estadual - AFE, será composta de 3 cargos:

I - agente fazendário estadual A;

II - agente fazendário estadual B;

III - agente fazendário estadual C.

§ 2º - A Classe III de cada cargo, será classe inicial para o ingresso e a classe I, a final para o desenvolvimento na carreira.

§ 3º - O requisito de escolaridade mínima para ingresso dos cargos e das funções de cada cargo serão fixados na forma do anexo II desta lei.

§ 4º - A descrição das atribuições dos cargos, regulamentação da carga horária e outras características atinentes às funções serão definidas em ato do chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 4º - O estágio probatório será de 03 (três) anos de efetivo exercício na classe da carreira de agente fazendário estadual, observado o disposto no parágrafo 4º, do artigo 36 da Constituição Estadual do Paraná.

Art. 5º - O enquadramento na carreira de agente fazendário estadual - AFE, nos cargos de agente fazendário estadual A, B e C se dará na referência inicial de

classe de acordo com a correlação de cargos constantes do anexo III.

Parágrafo Único - A execução do presente enquadramento será de responsabilidade da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 6º - Aplicam-se aos integrantes da presente estruturação administrativa e funcional, as Tabelas de Referência de Vencimento, na forma do Anexo IV, desta lei, reajustados segundo a legislação salarial em vigor mantidos os percentuais de diferença entre as classes.

Art. 7º - Aplicam-se aos integrantes da presente carreira, a seguinte estrutura de remuneração:

I - Vencimento base ou vencimento;

II - Adicional por Tempo de Serviço;

III - Adicional Fazendário;

IV - Salário - Família.

§ 1º - O Adicional Fazendário - AF é a retribuição financeira fixada em valor, de natureza permanente, exclusiva para o cargo de agente fazendário estadual A e B, incorporável para todos os efeitos legais;

§ 2º - O valor atribuído ao adicional a que se refere o parágrafo acima, não poderá ser superior ao valor correspondente à 50% por cento da primeira referência da classe inicial dos respectivos cargos.

§ 3º - Ato do chefe do Poder Executivo regulamentará a aplicação e fixará os valores do adicional a que se referem os parágrafos anteriores.

Art. 8º - Os funcionários que ingressarem nos cargos da carreira de agente fazendário estadual terão lotação na Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP e serão alocados na Secretaria da Fazenda ou na Coordenação da Receita do Estado - CRE.

Art. 9º - Os integrantes da carreira abrangidos por esta lei, ficam sujeitos à prestação de 40 (quarenta) horas semanais de jornada de trabalho.

Art. 10 - O desenvolvimento na carreira de agente fazendário estadual, se dará pelos institutos de progressão e promoção.

Art. 11 - A progressão se dará na classe ao funcionário estável por antigüidade, avaliação de desempenho e por titulação.

§ 1º - A progressão por antigüidade ocorrerá a cada cinco anos de efetivo exercício na classe e será equivalente a duas referência salarial.

I - o estágio probatório será computado para a concessão de progressão por antigüidade;

II - não se contará o tempo correspondente a contratos por prazo determinado, continuados ou não firmados com o Estado do Paraná e afastamentos não remunerados para efeito desse parágrafo.

§ 2º - A progressão por Avaliação de Desempenho será equivalente a uma referência salarial, de acordo com os critérios fixados em legislação própria, por proposição do Secretário de Estado da Fazenda.

§ 3º - A progressão por Titulação ocorrerá pelos seguintes critérios:

I - para o cargo de agente fazendário estadual C: até duas referências, a cada quatro anos, por ter concluído cursos sendo uma referência para cada 40 (quarenta) horas ou por experiência.

II - para o cargo de agente fazendário estadual B: até duas referências, a cada quatro anos, por ter concluído cursos relativos ao desempenho, sendo uma referência para cada 80 (oitenta) horas ou por experiência.

III - para o cargo de agente fazendário estadual A: até duas referências, a cada quatro anos, por ter concluído cursos relativos ao desempenho, sendo uma referência para cada 180 (cento e oitenta) horas ou por experiência.

§ 4º - Os títulos de que trata o parágrafo anterior não poderão ser computados de forma cumulativa para efeitos da progressão por titulação, ficando sem eficácia administrativa após sua utilização para a presente progressão, exceto para efeito de promoção.

§ 5º - Serão aceitos apenas certificados ou diplomas expedidos por Instituição de Ensino reconhecida legalmente e/ou aqueles contemplados em regulamento específico.

Art. 12 - A promoção ocorrerá a cada quatro anos, para o funcionamento estável, dentro de um mesmo cargo, devendo observar os seguintes requisitos:

I - existência de vaga na classe;

II - avaliação de títulos, tais como titulação escolar formal, experiência e/ou tempo de serviço;

III - tempo mínimo de dois anos de efetivo exercício na classe e somente após o estágio probatório;

IV - obtenção de conceito satisfatório nas avaliações de desempenho a que for submetido;

V - atendimento dos demais requisitos da classe a que estará concorrendo, previstos em legislação específica.

Parágrafo Único - Ato do chefe do Poder Executivo estabelecerá os critérios e a competência para a concessão de promoção, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 13 - A primeira promoção para os integrantes da carreira de agente fazendário estadual, se dará após 12 (doze) meses, a partir do enquadramento da presente lei.

Parágrafo Único - Ato do chefe do Poder Executivo estabelecerá os critérios e a competência para a concessão de promoção, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 14 - A primeira progressão por tempo de serviço para os integrantes da carreira de agente fazendário

estadual, se dará imediatamente à publicação da presente lei.

Parágrafo Único - Ato do chefe do Poder Executivo estabelecerá os critérios e a competência para a concessão de progressão, considerando-se, pelo menos, duas referências salariais para cada cinco anos de efetivo exercício prestado pelo servidor ao Estado do Paraná, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 15 - Os servidores da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná e Coordenação da Receita do Estado do Paraná, abrangidos pela presente lei, poderão, no prazo de 30 dias contados da data da publicação da presente, optar pela não aplicação do disposto nesta lei, permanecendo na situação anterior.

Art. 16 - Aplicam-se aos funcionários abrangidos por esta lei, as disposições da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado do Paraná.

Art. 17 - O cargo de agente fazendário estadual C fica considerado extinto ao vagar.

Art. 18 - Não se aplica aos integrantes da presente carreira a gratificação instituída pela Lei nº 13.515, de 26 de março de 2002.

Art. 19 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do Poder Executivo.

Art. 20 - O Poder Executivo expedirá os atos necessários à plena execução da presente lei.

Art. 21 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.2002.

(a) PODER EXECUTIVO.

ANEXO I

	Classes	Quantidade
Agente Fazendário Estadual C	III	377
	II	
	I	
	Classes	Quantidade
Agente Fazendário Estadual B	III	445
	II	
	I	
	Classes	Quantidade
Agente Fazendário Estadual A	III	193
	II	
	I	

ANEXO II

Cargo	Requisito de Escolaridade
Agente Fazendário Estadual A	3º Grau Completo
Agente Fazendário Estadual B	2º Grau Completo
Agente Fazendário Estadual C	1º Grau Completo

ANEXO III

Cargo/QPPE	Cargo/QAFE
Agente de Apoio	Agente Fazendário Estadual C
Agente de Execução	Agente Fazendário Estadual B
Agente Profissional	Agente Fazendário Estadual A

ANEXO IV

		Agente Fazendário Estadual B		
		Classe		
		III	II	I
REFERÊNCIA SALARIAL	1	1.403,56	1.867,31	2.484,29
	2	1.431,63	1.904,66	2.533,98
	3	1.460,26	1.942,75	2.584,66
	4	1.489,47	1.981,61	2.636,35
	5	1.519,26	2.021,24	2.689,08
	6	1.549,64	2.061,66	2.742,86
	7	1.580,64	2.102,90	2.797,71
	8	1.612,25	2.144,95	2.853,67
	9	1.644,49	2.187,85	2.910,74
	10	1.677,38	2.231,61	2.968,96
	11	1.710,93	2.276,24	3.028,34
	12	1.745,15	2.321,77	3.088,90

ANEXO IV

		Agente Fazendário Estadual C		
		Classe		
		III	II	I
REFERÊNCIA SALARIAL	1	500,00	665,21	885,00
	2	510,00	678,51	902,70
	3	520,20	692,08	920,75
	4	530,60	705,92	939,16
	5	541,22	720,04	957,95
	6	552,04	734,44	977,11
	7	563,08	749,13	996,65
	8	574,34	764,11	1.016,58
	9	585,83	779,39	1.036,91
	10	597,55	794,98	1.057,65
	11	609,50	810,88	1.078,81
	12	621,69	827,10	1.100,38

ANEXO IV

		Agente Fazendário Estadual A		
		Classe		
		III	II	I
REFERÊNCIA SALARIAL	1	2.826,13	3.759,91	5.002,23
	2	2.882,65	3.835,11	5.102,27
	3	2.940,21	3.911,81	5.204,32
	4	2.999,11	3.990,05	5.308,40
	5	3.059,09	4.069,85	5.414,57
	6	3.120,28	4.151,25	5.522,86
	7	3.182,68	4.234,27	5.633,32
	8	3.246,34	4.318,96	5.745,99
	9	3.311,26	4.405,34	5.860,91
	10	3.377,49	4.493,44	5.978,13
	11	3.445,04	4.583,31	6.097,69
	12	3.513,94	4.674,98	6.219,64

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 530/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, visa instituir a carreira de Agente Fazendário Estadual - AFE, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná, composta pelos atuais ocupantes de cargos públicos do quadro geral, alocados na Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná ou Coordenação da Receita do Estado.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 19.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 530/2002

P A R E C E R :

O plano de lei em exame é de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 30/2002, que objetiva instituir a carreira de Agente Fazendário Estadual - AFE, vinculada a Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná, composta pelos atuais ocupantes de cargos públicos do quadro geral, alocados na Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná ou Coordenação da Receita do Estado (CRE).

Procedida à análise da proposição, no que concerne à competência desta Comissão Permanente, de acordo com o § 3º, do artigo 33 do Regimento Interno, nada encontramos que possa impedir a tramitação do projeto de lei em epígrafe.

Desta forma, esta Comissão de Finanças manifesta seu parecer favorável à proposição em questão, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.08.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

Em votação.

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados.

Conforme anteriormente dei início ao encaminhamento, trata-se de uma antiga reivindicação dos técnicos da Secretaria da Fazenda, uma reivindicação justíssima, haja vista que a Assembleia Legislativa aprovou antes do período passado, antes do recesso, a carreira de auditores fiscais, e por uma emenda de V. Exa., do nosso presidente da Casa, subscrita por mim e por vários outros deputados, nós buscávamos também criar a carreira de agente fazendário.

É uma modernização dentro da estrutura da Secretaria de Estado da Fazenda, que com certeza, são esses

agentes fazendários que fazem todo o trabalho técnico, burocrático, para que a Secretaria possa ter o resultado que tem. Aliás, sempre coloco a Secretaria da Fazenda como uma das mais importantes do Governo do Estado, porque são os responsáveis por toda a arrecadação financeira do nosso Estado.

O Governo vetou a emenda apresentada, mas se comprometeu com a Assembleia Legislativa, com o presidente da Casa, Hermas Brandão, de encaminhar essa Mensagem, que agora é encaminhada à Assembleia Legislativa e graças ao entendimento de todos os senhores deputados e da Comissão de Constituição e Justiça, todos os pareceres foram favoráveis e nós temos a honra de votarmos nesta tarde a criação do cargo de agentes fazendários.

Então quero encaminhar aos nossos deputados da situação e também pedir o apoio dos deputados de Oposição, para que possamos todos juntos votarmos e criarmos a carreira de agentes fazendários do Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (**Para Encaminhar**)

Queríamos dizer a V. Exa. que anteriormente já votamos com a sua emenda, infelizmente ela foi vetada. E, agora nesta tarde temos a satisfação, em nome do PDT, dizer que todos os componentes do nosso partido irão votar favoravelmente e cumprimentar também a liderança do governo que nesta tarde faz justiça e já o fez naquela votação aos senhores membros da Polícia Civil, e agora está com o voto antecipado a fazer justiça aos servidores públicos, que é o coração da administração do Estado que é a Receita Estadual.

Parabéns presidente e parabéns a esta Casa!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o Projeto de Lei nº 530/2002.

Aprovado.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 554/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 6º da Lei nº 13.213, de 29 de junho de 2001. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 104/2002, de 12/08/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 554/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 6º da Lei nº 13.213, de 29 de junho de 2001.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade,

lidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 19.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 554/2002

P A R E C E R :

O plano de lei em exame é de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 6º da Lei nº 13.213, de 29 de junho de 2001.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Procedida à análise da proposição, no que compete a esta Comissão Permanente, de acordo com o § 3º, do artigo 33 do Regimento Interno, nada encontramos que possa impedir a tramitação do projeto de lei em epígrafe.

Desta forma, esta Comissão de Finanças manifesta seu parecer favorável à proposição em questão, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.08.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2074, de autoria do deputado Tony Garcia, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissão:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 01ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de outubro de dois mil e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná a Comissão Parlamentar de Inquérito - América Latina Logística, sob a presidência do senhor deputado Plauto Miró Guimarães e com a presença dos seguintes deputados: Eli Ghellere, José Maria Ferreira e Edson Strapasson. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, que transcorreu conforme notas taquigráficas

cas anexas. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, secretária da Comissão.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 02ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de novembro de dois mil e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná a Comissão Parlamentar de Inquérito - América Latina Logística, sob a presidência do senhor deputado Plauto Miró Guimarães e com a presença do deputado Geraldo Cartário. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, que transcorreu conforme notas taquigráficas anexas e contou com a presença do seguinte depoente: Iverson Manoel Pereira Rocha. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, secretária da Comissão.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 03ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná a Comissão Parlamentar de Inquérito - América Latina Logística, sob a presidência do senhor deputado Plauto Miró Guimarães e com a presença dos seguintes deputados: Geraldo Cartário e José Maria Ferreira. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, que transcorreu conforme notas taquigráficas anexas e contou com a presença dos seguintes depoentes: Luis Fernando de Pádua Fonseca e Cláudio da Rocha Santos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, secretária da Comissão.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 04ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos primeiro dias do mês de abril de dois mil e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a Comissão Parlamentar de Inquérito - América Latina Logística, sob a presidência do senhor deputado Plauto Miró Guimarães e com a presença do Geraldo Cartário. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, que transcorreu conforme notas taquigráficas anexas e contou com a presença da seguinte depoente: Silvana Alcântara Oliveira. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, secretária da Comissão.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de agosto de dois mil e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Marcos Isfer, Hermes Fonseca, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Algaci Tulio, Orlando Pessuti e mais o senhor deputado Eli Ghellere. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 529/2002 de autoria do senhor deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Algaci Tulio - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 278/2002 de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Algaci Tulio - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 460/2002 de autoria do senhor deputado Fernando Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Algaci Tulio - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 499/2002 de autoria do senhor deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Algaci Tulio - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 464/2002 de autoria do senhor deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Algaci Tulio - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 401/2002 de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Orlando Pessuti - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 497/2001 de autoria do senhor deputado Ricardo Maia. CONCEDIDO VISTAS à senhora deputada Serafina Carrilho; 08) Projeto de Lei nº 254/2002 de autoria do senhor

deputado Ricardo Maia. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Sérgio Spada - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 395/2002 de autoria do senhor deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Sérgio Spada - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 406/2002 de autoria do senhor deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Sérgio Spada - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 461/2002 de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Sérgio Spada - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 458/2002 de autoria do senhor deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Sérgio Spada - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 140/2002 de autoria do senhor deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Sérgio Spada - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 510/2002 de autoria do senhor deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Sérgio Spada - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 421/2002 de autoria do senhor deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Sérgio Spada - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 376/2002 de autoria do senhor deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Sérgio Spada - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 526/2002 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Sérgio Spada - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 527/2002 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Sérgio Spada - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 525/2002 de autoria do Poder Executivo. CONCEDIDO VISTAS aos senhores deputados Marcos Isfer e Orlando Pessuti; 20) Projeto de Lei nº 323/2002 de autoria do senhor deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL da senhora deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 465/2002 de autoria do senhor deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL da senhora deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 481/2002 de autoria do senhor deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL da senhora deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 501/2002 de autoria do senhor deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do senhora deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 449/2002 de autoria do senhor deputado Moysés Leônidas. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Hermes Fonseca, na forma da emenda anexa - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 456/2002 de autoria do senhor deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Hermes Fonseca, na forma da emenda anexa - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 457/2002 de autoria do senhor deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Hermes Fonseca, na forma da emenda anexa - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 517/2001 de autoria do senhor deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 700/2001 de autoria do senhor deputado Nelson

Tureck. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 282/2002 de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Marcos Isfer - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 431/2002 de autoria do senhor deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Marcos Isfer - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 492/2002 de autoria do senhor deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Marcos Isfer - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 502/2002 de autoria do senhor deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Marcos Isfer - APROVADO; 33) Projeto de Lei nº 526/2001 de autoria do senhor deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Marcos Isfer - APROVADO; 34) Projeto de Lei nº 513/2002 de autoria do senhor deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 35) Projeto de Lei nº 538/2001 de autoria do senhor deputado Miltinho Pupio. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 36) Projeto de Lei nº 487/2002 de autoria do senhor deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 37) Projeto de Lei nº 470/2002 de autoria do senhor deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 38) Projeto de Lei nº 511/2002 de autoria do senhor deputado Nelson Tureck.

Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 39) Projeto de Lei nº 514/2002 de autoria do senhor deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari - APROVADO; 40) Projeto de Lei nº 409/2002 de autoria do senhor deputado Tony Garcia. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari - APROVADO; 41) Projeto de Lei nº 516/2002 de autoria do senhor deputado Nelson Justus, Projeto de Lei nº 518/2002 de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, Projeto de Lei nº 523/2002 de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti e outros e Projeto de Lei nº 524/2002 de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti e outros todos anexos. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 42) Projeto de Lei nº 528/2002 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari - APROVADO; 43) Projeto de Lei nº 504/2002 de autoria do Poder Executivo. CONCEDIDO VISTAS aos senhores deputados Marcos Isfer e Orlando Pessuti; 44) Projeto de Lei nº 553/2002 de autoria do Poder Executivo. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária